



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH) - CAMPUS VI
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARÃES

A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENTOS

Caetité-BA
2025

NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARÃES

A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENTOS

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, na disciplina Pesquisa Histórica IV, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI, no semestre 2025.1.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Oliveira Correia.

Caetité-BA

2025

Dedico este trabalho às vozes, às vezes, caladas pelo medo; às mentes inquietas no silêncio da madrugada; aos corações acelerados diante do desconhecido. Que este estudo sirva como um abraço histórico, mostrando que não estamos sós – nem no tempo, nem no sentir.

A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENTOS

ANXIETY: AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE HISTORY OF FEELINGS

Nayra Poliana Morais Guimarães¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a ansiedade não apenas como uma condição psicológica individual, mas como um fenômeno social e histórico, refletindo as transformações sociais, culturais e políticas da contemporaneidade. A pesquisa busca compreender como a ansiedade se configura como um dos principais traços da subjetividade, especialmente em contextos como o universitário, onde as pressões por desempenho acadêmico e as incertezas sobre o futuro intensificam esse sentimento. A metodologia adotada é qualitativa, com foco em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a ansiedade. A pesquisa analisa as contribuições teóricas desses pensadores, que abordam a ansiedade dentro das esferas da lógica neoliberal, da precarização da vida e da insegurança estrutural. Importa salientar ainda que, a metodologia histórica da História das Emoções é utilizada para compreender a ansiedade como um fenômeno socialmente construído ao longo do tempo. A análise revelou que a ansiedade na contemporaneidade está profundamente ligada à lógica neoliberal de performance e produtividade, que intensifica a cobrança por resultados e sucesso. Essa pressão social, associada à precarização das condições de vida e à instabilidade no mercado de trabalho, gera um ambiente de insegurança constante, especialmente no contexto universitário. A ansiedade não é apenas uma experiência interna, mas uma resposta coletiva às transformações estruturais da sociedade moderna. Conclui-se que a ansiedade, embora frequentemente tratada como um transtorno psicológico, deve ser entendida também como uma construção social e histórica, refletindo as exigências e incertezas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Ansiedade. História das Emoções. Ansiedade Contemporânea.

¹ Graduanda em História da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus VI, e-mail: nayrauneb@gmail.com

ABSTRACT

This study aims to analyze anxiety not only as an individual psychological condition, but also as a social and historical phenomenon, reflecting contemporary social, cultural, and political transformations. The research seeks to understand how anxiety is configured as one of the main traits of subjectivity, especially in contexts such as university, where pressure for academic performance and uncertainty about the future intensify this feeling. The methodology adopted is qualitative, focusing on an in-depth literature review on anxiety. The research analyzes the theoretical contributions of these thinkers, who address anxiety within the spheres of neoliberal logic, the precariousness of life, and structural insecurity. It is also important to emphasize that the historical methodology of the History of Emotions is used to understand anxiety as a phenomenon socially constructed over time. The analysis revealed that anxiety in contemporary times is deeply linked to the neoliberal logic of performance and productivity, which intensifies the demand for results and success. This social pressure, coupled with precarious living conditions and job market instability, creates an environment of constant insecurity, especially in the university context. Anxiety is not just an internal experience, but a collective response to the structural transformations of modern society. It follows that anxiety, although often treated as a psychological disorder, should also be understood as a social and historical construct, reflecting the demands and uncertainties of contemporary society.

Keywords: Anxiety. History of Emotions. Contemporary Anxiety.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 A ANSIEDADE COMO ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E ATO DE RESISTÊNCIA...	8
2 ANSIEDADE COMO SENTIMENTO E COMO PATOLOGIA	11
3 ANSIEDADE COMO FENÔMENO HISTÓRICO.....	20
4 A ANSIEDADE SOB A LÓGICA NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA: UMA LEITURA CRÍTICA DA CONTEMPORANEIDADE.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33
ANEXO 1 – DECLARACAO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO.....	35
ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	36
ANEXO 3 – ATA DE REUNIÃO DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TCC	37

INTRODUÇÃO

A ansiedade é um estado emocional complexo caracterizado por sentimentos de apreensão, preocupação e tensão, que podem variar em intensidade e duração. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), ela pode ser entendida tanto como uma resposta adaptativa a situações de perigo percebido quanto como um transtorno clínico quando se manifesta de forma excessiva ou desproporcional (APA, 2013). A ansiedade patológica diferencia-se pela persistência e pela interferência significativa no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

A ansiedade, frequentemente compreendida como uma condição individual de caráter patológico e clínico, tem sido abordada predominantemente pelas ciências da saúde como um transtorno psicológico de dimensões pessoais e biológicas. Contudo, ao restringir a ansiedade a uma perspectiva exclusivamente clínica, perde-se a complexidade e as múltiplas formas pelas quais esse sentimento se manifesta ao longo do tempo. Este artigo propõe uma reflexão sobre a ansiedade não apenas como um fenômeno individual, mas também como fenômeno historicamente construído, imerso em contextos culturais, sociais e históricos específicos.

Para isso, recorre-se à abordagem teórica da História dos Sentimentos, que nos permite entender como as emoções e sentimentos não são universais nem imutáveis, mas sim experiências que se transformam e se reconfiguram com o passar do tempo, influenciadas por práticas sociais, discursos e valores culturais. Através dessa abordagem, será possível perceber como a ansiedade, ao longo da história, foi moldada por diferentes contextos e como ela se tornou um marco de nossa vivência contemporânea, em que o medo, a insegurança e o controle do futuro parecem estar cada vez mais presentes no imaginário coletivo.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é ampliar a compreensão da ansiedade, destacando não apenas suas manifestações no indivíduo, mas também sua construção como um sentimento que reflete e é reflexo das transformações históricas, sociais e culturais da sociedade.

A metodologia adotada para este estudo consiste em uma revisão de literatura qualitativa, com foco na análise crítica de obras que discutem a ansiedade sob uma

perspectiva histórica e cultural, além de abordagens contemporâneas sobre a psicologia e a saúde mental. A pesquisa se baseia em fontes acadêmicas, como artigos, livros e dissertações, que tratam da ansiedade não apenas como uma condição clínica, mas também como um fenômeno emocional inserido em contextos históricos específicos.

A partir da análise de autores que exploram a História dos Sentimentos, busca-se identificar como a ansiedade foi construída e ressignificada ao longo do tempo, considerando influências sociais, políticas e culturais. Além disso, a revisão abrange textos que discutem o papel da medicina e da psicologia na construção do conceito de ansiedade na sociedade moderna, considerando também a produção de conhecimento na interface entre as ciências humanas e as ciências da saúde. A seleção de obras abrange diferentes períodos históricos e diferentes abordagens teóricas, com o objetivo de proporcionar uma visão abrangente e multidimensional sobre o fenômeno da ansiedade.

1 A ANSIEDADE COMO ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E ATO DE RESISTÊNCIA

A escolha deste objeto de pesquisa, a ansiedade surge a partir da minha própria experiência enquanto estudante. A ansiedade não é um fenômeno abstrato ou distante, mas algo que atravessa e molda minha trajetória acadêmica.

A manifestação mais significativa da ansiedade ocorreu ao final do ensino médio, período em que nutria um intenso desejo de ingressar no ensino superior. À época, embora ainda não tivesse clareza sobre o curso ou a área específica a seguir, possuía convicção quanto à importância de cursar uma universidade.

Com a conquista da vaga no ensino superior, vivi um dos momentos mais desafiadores da minha trajetória: o início da graduação coincidiu com a eclosão da pandemia de COVID-19. Em decorrência das restrições sanitárias impostas, as aulas foram iniciadas em formato remoto. Esse início inesperado, solitário e desprovido do contato humano e do ambiente universitário idealizado, intensificou significativamente os sintomas de ansiedade, os quais foram agravados pelo medo, pelas incertezas e pela sensação de instabilidade generalizada. Nesse contexto, observei uma dificuldade acentuada de aprendizagem, sobretudo pela incapacidade de manter a concentração e pela ausência das interações presenciais com colegas e docentes, tão essenciais à construção do conhecimento.

Ao longo da trajetória acadêmica, a ansiedade permaneceu como uma presença constante, embora motivada por fatores distintos: a autocrítica exacerbada quanto ao desempenho, o acúmulo de tarefas e leituras, bem como as incertezas quanto ao futuro profissional, tornaram-se fontes adicionais de tensão emocional.

Foi a partir dessa experiência concreta e pessoal que emergiu o interesse em transformar essa inquietação subjetiva em objeto de investigação científica. Estudar a ansiedade tornou-se, portanto, uma via para compreender não apenas os próprios sentimentos, mas também os desafios vivenciados por outros estudantes em contextos semelhantes, promovendo uma reflexão ampliada sobre saúde mental no ambiente universitário.

Diante desse percurso, decidi direcionar minha pesquisa para investigar a ansiedade e sua construção como um sentimento no cotidiano dos estudantes, com o intuito de não apenas compreender essa realidade, mas também lançar luz sobre ela no âmbito acadêmico.

Nesse processo, a escrita se configura como uma forma de elaborar e transformar essa experiência. Não apenas documenta, mas também oferece um espaço de resistência, tanto pessoal quanto política, à invisibilidade de questões emocionais como a ansiedade, frequentemente negligenciadas nas discussões acadêmicas. Dessa maneira, escrever sobre a ansiedade se torna uma ação de enfrentamento e visibilidade para uma realidade que, por vezes, é silenciada, funcionando como resistência contra a marginalização de sentimentos e experiências que afetam profundamente os indivíduos.

Esse movimento encontra respaldo em diversos autores que tratam da escrita e da experiência como fontes legítimas de conhecimento. Certeau (2017), por exemplo, descreve que as práticas cotidianas das pessoas, muitas vezes despercebidas ou desvalorizadas, podem ser atos de resistência contra as imposições de um sistema dominante.

De modo complementar, Bosi (2003) aborda a memória como um processo de conhecimento e afirmação da subjetividade. Para o autor, a memória não é apenas uma reconstrução do passado, mas um ato de resistência contra o esquecimento e a normalização de experiências. No caso da ansiedade, ela pode ser vista como um marco de experiências emocionais que se entrelaçam com a construção da identidade acadêmica.

Nessa mesma linha, Benjamin (2012) valoriza a experiência vivida e narrada, entendendo-a como resistência ao esvaziamento da vida moderna, que tende a transformar a experiência humana em algo fragmentado e desprovido de significado. Assim, a experiência da ansiedade na universidade, quando narrada, oferece uma resistência à alienação e à desconexão emocional, ao se tornar uma narrativa coletiva que reconfigura a forma como se compreende o espaço universitário.

Além disso, Hooks (1994) propõe que a escrita e a educação podem ser vistas como atos de resistência e transformação. Para a autora, a educação não deve ser uma mera transmissão de saberes, mas um processo ativo de desconstrução das barreiras

sociais e emocionais. No contexto da ansiedade universitária, a escrita e o estudo tornam-se práticas transformadoras que visam não só entender o problema, mas também criar um espaço de resistência contra as condições que geram e perpetuam essa ansiedade, como a competitividade exacerbada, a pressão pelo desempenho e a falta de suporte emocional.

De forma convergente, Santos (2007) defende a valorização de saberes silenciados e da experiência como uma fonte legítima de conhecimento. Para ele, a universidade deve ser um espaço de inclusão e reconhecimento das diversas formas de saber, inclusive aquelas oriundas da experiência subjetiva dos estudantes. O estudo da ansiedade, nesse sentido, não apenas amplia o entendimento sobre as pressões que os discentes enfrentam, mas também propõe uma mudança na maneira como as instituições acadêmicas abordam a saúde mental, considerando-a uma área fundamental para a formação integral do aluno.

Estudar a ansiedade como fenômeno a partir da minha própria experiência me ensinou a olhar para este sentimento não como uma fraqueza individual, mas como uma resposta legítima a contextos opressores, instáveis e exigentes, como o ambiente universitário contemporâneo. Compreendi que minha vivência não é isolada, mas compartilhada por muitos outros estudantes, e que dar visibilidade a essas experiências é, por si só, um gesto político e transformador.

Essa leitura reforçou a importância de reconhecer a subjetividade como campo legítimo de conhecimento e resistência, e que escrever, refletir e investigar sobre o que se sente pode ser não apenas terapêutico, mas também um ato de produção de saber e de crítica ao modelo educacional vigente.

2 ANSIEDADE COMO SENTIMENTO E COMO PATOLOGIA

A configuração da ansiedade como patologia é um processo relativamente recente, diretamente ligado à medicalização da vida moderna e à ascensão dos discursos psiquiátricos e psicológicos no século XIX. Antes de chegar a esse enquadramento clínico, contudo, é necessário compreender como as sociedades anteriores interpretavam manifestações que hoje facilmente seriam classificadas como sintomas ansiosos.

Na Antiguidade e na Idade Média, por exemplo, sinais que atualmente poderiam ser identificados como ansiedade eram frequentemente atribuídos a causas espirituais ou aos desequilíbrios dos humores corporais. Esse entendimento predominou até que, com a emergência da modernidade e o fortalecimento da razão científica — sobretudo a partir do século XVIII — começou-se a estabelecer uma separação mais clara entre o sofrimento moral e o adoecimento psíquico.

O século XIX marca, portanto, um ponto de inflexão decisivo, quando o avanço da psiquiatria e das práticas de higiene mental passa a enquadrar a ansiedade como parte do quadro clínico das neuroses, interpretando-a como resposta ao ritmo acelerado imposto pela urbanização, industrialização e pelas tensões características da vida burguesa.

A partir dessa nova abordagem, a ansiedade se consolida progressivamente como tema de saúde pública, o que fica evidenciado pelos dados contemporâneos. Cerca de 14% da carga global de doenças tem sido atribuída a transtornos neuropsiquiátricos, muito em função da natureza cronicamente incapacitante da depressão e de outros transtornos mentais comuns, como aqueles relacionados ao uso de álcool, substâncias e psicoses. Tais estimativas têm reforçado a urgência de discutir a saúde mental em escala mundial (OPAS, 2021).

Esse cenário ganha contornos ainda mais alarmantes quando se observa o alcance desses distúrbios na população global e, de forma particular, no Brasil. Dados apontam que, em 2017, a ocorrência de alguma forma de doença mental afetou cerca de 64% da população mundial, sendo que 27% apresentaram quadros graves. Já no Brasil,

no ano de 2020, mais de 18 milhões de pessoas foram diagnosticadas com transtorno de ansiedade, o que corresponde a aproximadamente 9,3% da população.

Esse aumento expressivo refletiu diretamente nos atendimentos psiquiátricos, que cresceram em até 25%, e no agravamento dos sintomas, intensificado em 82,9%, muito por conta do impacto da pandemia. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertaram para a elevação constante da prevalência dos transtornos mentais, revelando que, em 2020, cerca de 15% de toda a população adulta mundial foi afetada, colocando-os entre as quatro principais causas de incapacidade.

Esse conjunto de dados estatísticos evidencia não apenas um problema de ordem clínica, mas também social, que se manifesta de forma dramática nos índices de suicídio. Segundo o Ministério da Saúde, o suicídio se configurou como a terceira principal causa externa de morte no Brasil em 2017, ficando atrás apenas dos acidentes e das agressões, com aproximadamente 12,5 mil casos registrados.

Em nível global, a OMS estimou que, em 2015, cerca de 788 mil pessoas morreram por suicídio, representando aproximadamente 1,5% de todas as mortes no mundo naquele ano. Esse panorama é ainda mais preocupante quando se observa que, entre jovens de 15 a 29 anos, o suicídio ocupa a segunda posição entre as principais causas de mortalidade, destacando o caráter alarmante da crise de saúde mental que afeta a juventude.

Para interpretar a profundidade desse fenômeno, é essencial recorrer às contribuições teóricas de Émile Durkheim (2000). Em sua obra clássica *O Suicídio*, o autor rompe com explicações puramente psicológicas ou moralizantes ao propor uma análise sociológica do suicídio, tratando-o como um fato social. Para Durkheim, taxas elevadas de suicídio não são apenas expressões de crises individuais, mas indicam desajustes nos laços sociais que ligam o sujeito à coletividade.

Essa leitura amplia a compreensão do problema, permitindo situar os transtornos mentais e, em especial, o suicídio, dentro de um contexto que envolve fragilização das redes de apoio, sentimentos de desamparo, individualismo exacerbado e pressões sociais que moldam — e muitas vezes exacerbam — a experiência da ansiedade.

Nesse sentido, os dados contemporâneos podem ser analisados como reflexos de contextos amplamente marcados pela fragilização das redes de apoio, pelos sentimentos de desamparo, pelo individualismo exacerbado e pelas pressões sociais crescentes que atravessam a vida moderna. Em especial entre os jovens, essas condições tendem a se intensificar diante de expectativas institucionais rigorosas, instabilidades econômicas constantes, precarização das relações sociais e ausência de perspectivas claras quanto ao futuro, o que potencializa um terreno fértil para o adoecimento emocional.

Para compreender como esse adoecimento se manifesta na vida das pessoas, é importante retomar o conceito clínico dos distúrbios mentais, entendidos como alterações nos pensamentos, emoções e comportamentos que geram um nível de desconforto capaz de interferir diretamente na rotina diária. Esses distúrbios podem ser duradouros ou temporários e apresentam características que impactam dimensões físicas, psicológicas, sociais, culturais e hereditárias.

Destacam-se, entre os fatores desencadeantes, aqueles relacionados ao ambiente profissional, como o baixo nível de controle sobre o próprio trabalho, a elevada demanda psicológica e a carência de apoio social, elementos que agravam o quadro e aprofundam o sofrimento (LUCCHESI et al., 2009).

Considerando esse cenário multifatorial, torna-se evidente que é essencial investir em iniciativas voltadas para a promoção da saúde mental. Isso significa dedicar-se a ações que visem aumentar a qualidade de vida cognitiva e emocional das pessoas, incentivando a capacidade de apreciar a vida e buscar um equilíbrio nas atividades do dia a dia, de modo a fortalecer a resiliência psicológica necessária para lidar com os desafios contemporâneos.

Entretanto, para compreender a complexidade do tema em toda a sua profundidade, é necessário expandir o olhar para além das noções biomédicas e situá-lo historicamente. A saúde mental, enquanto conceito e prática, sofreu transformações significativas ao longo dos séculos, refletindo não apenas o avanço técnico e científico, mas, sobretudo, mudanças nos modos como diferentes sociedades passaram a interpretar o sofrimento psíquico e os comportamentos considerados desviantes. Sob essa perspectiva histórica, torna-se claro que o entendimento da saúde mental é profundamente condicionado pelos valores culturais, morais e sociais de cada época.

Na Antiguidade, por exemplo, o sofrimento mental era frequentemente interpretado por meio de explicações místicas ou religiosas. Mesmo na Grécia Antiga, em que Hipócrates propôs uma visão mais naturalista ao relacionar distúrbios psíquicos a desequilíbrios nos humores corporais, práticas mágicas e rituais continuaram a ser amplamente empregadas.

Durante a Idade Média, consolidou-se uma visão teocêntrica, que associava a loucura ao pecado ou à possessão demoníaca, resultando muitas vezes em tratamentos que envolviam exclusão social, punição severa ou exorcismos. Nesse período, o cuidado com aqueles que sofriam psiquicamente era quase inexistente, e o estigma se intensificava sob o peso da moral religiosa.

Com o passar do tempo e a chegada do Renascimento, iniciou-se um processo de racionalização do saber médico e científico que se aprofundaria ainda mais com o surgimento da modernidade. A loucura passou então a ser progressivamente medicalizada, tornando-se objeto de interesse da nascente psiquiatria. Um marco fundamental para entender essa transformação está na obra de Michel Foucault, *História da Loucura* (1978), na qual o autor descreve o chamado “grande internamento” que teve início a partir do século XVII.

Foucault demonstra como esse movimento instituiu uma segregação massiva dos chamados “loucos”, que passaram a ser confinados em asilos e hospitais gerais juntamente com outros grupos considerados desviantes, como pobres, prostitutas e criminosos. A loucura, portanto, deixava de ser apenas uma questão moral ou religiosa, assumindo o caráter de problema de ordem pública e sanitária.

No século XIX, com o fortalecimento da medicina científica, a psiquiatria consolidou-se como campo autônomo do saber, e a figura do alienista ganhou centralidade no tratamento dos chamados distúrbios mentais. Nesse contexto, os grandes manicômios surgiram como espaços destinados tanto ao tratamento quanto à reclusão dos “doentes mentais”.

Apesar de uma retórica fundamentada em princípios científicos, os métodos aplicados eram frequentemente marcados pelo autoritarismo, pela violência institucional e pela cronificação do sofrimento, convertendo o modelo manicomial em poderoso

instrumento de controle social que marginalizava ainda mais aqueles que não se enquadravam nos padrões estabelecidos.

Foi apenas na segunda metade do século XX que esse modelo começou a ser questionado de forma mais sistemática e contundente. Com a emergência dos movimentos da antipsiquiatria, liderados por figuras como David Cooper, Thomas Szasz e Franco Basaglia, ganharam força críticas que se opunham tanto à lógica manicomial quanto à medicalização excessiva e à função de exclusão social historicamente exercida pela psiquiatria tradicional. Esses movimentos passaram a defender novas formas de compreender o sofrimento mental, baseadas no acolhimento, no respeito à singularidade de cada sujeito e na necessidade de reintegração social.

No Brasil, tais influências foram determinantes para impulsionar o Movimento da Reforma Psiquiátrica, especialmente a partir da década de 1980. Esse movimento culminou na promulgação da Lei 10.216/2001, que redirecionou o modelo assistencial em saúde mental no país, priorizando a atenção psicossocial, o fechamento gradual dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Essa mudança representou uma virada histórica na forma de cuidar da saúde mental, ao reconhecer os direitos das pessoas em sofrimento psíquico e promover práticas terapêuticas mais humanizadas, comunitárias e integradas à rede de atenção básica.

A partir desse panorama histórico e institucional, torna-se possível compreender como a ansiedade, para além de uma categoria clínica, é também uma emoção humana fundamental, associada à antecipação de ameaças ou perigos, e explorada sob múltiplas perspectivas ao longo da história, desde a psicologia clínica até a análise social e cultural.

No contexto brasileiro, essa emoção adquire contornos muito particulares quando observada nas representações do sertão, um espaço simbólico e geográfico frequentemente marcado pela escassez, pelo isolamento, pela luta e pela resistência. Não por acaso, a literatura e o cinema têm recorrido ao sertão como cenário para narrativas densas, onde a ansiedade aparece não apenas como experiência individual, mas como um sintoma coletivo que expõe as tensões de um país constantemente oscilando entre o progresso e a exclusão.

Nesse sentido, o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2002), constitui talvez o exemplo mais emblemático dessa representação da angústia sertaneja. Estruturado em três partes — “A Terra”, “O Homem” e “A Luta” —, a obra descreve com minúcia científica e literária o ambiente árido e hostil do sertão, os impactos sobre a constituição física e psicológica de seus habitantes e, finalmente, o conflito de Canudos como expressão máxima da ansiedade social, política e espiritual.

A ansiedade que perpassa os sertanejos não é fruto exclusivo das adversidades climáticas, mas resultado direto de um abandono estrutural e de um olhar estigmatizante proveniente do litoral e das elites urbanas. O fanatismo religioso, a resistência armada contra o Exército e a recusa em aceitar a República evidenciam um povo que vive em constante estado de alerta e tensão, expressando coletivamente uma forma histórica de ansiedade diante de transformações sociais impostas de fora.

Já no cinema, essa representação do sertão e de suas tensões ganha contornos distintos, sobretudo a partir do movimento do Cinema Novo. O filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, oferece uma leitura estética e política do sertão como território de angústia, rebeldia e sobrevivência.

O protagonista, Manuel, é tragado por um ciclo incessante de medo, fé e violência, alimentado por promessas de salvação — seja religiosa ou revolucionária — que apenas intensificam sua instabilidade emocional e existencial. A paisagem árida, os cortes bruscos e a trilha sonora dissonante contribuem para construir um ambiente de tensão permanente, no qual a ansiedade não é privilégio dos personagens, mas também do espectador, que se vê imerso em um universo sem saídas fáceis.

Essa mesma ansiedade aparece transfigurada em *O Céu de Suely* (2006), de Karim Aïnouz, ambientado num sertão mais urbano e contemporâneo, mas que revela o drama de uma jovem mãe diante da falta de perspectivas e do risco constante de repetir ciclos de abandono. A protagonista oscila entre o desejo de partir e a culpa por deixar o filho, refletindo uma ansiedade existencial moldada por raízes culturais profundas.

Já em *Bacurau* (2019), de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, a tensão se converte em ficção e resistência, onde a comunidade do interior nordestino vive sob constante ameaça externa, simbolizando medos muito reais do Brasil contemporâneo — como a violência, a colonização e o apagamento das culturas locais.

A literatura regionalista também oferece contributos essenciais para entender como a ansiedade se entrelaça ao sertão. No livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (2006), a seca se apresenta não apenas como fenômeno natural, mas como uma condição psicológica. Fabiano, Sinhá Vitória e seus filhos experimentam uma existência marcada pelo silêncio, pela opressão e pela expectativa frustrada de mudança.

A narrativa, enxuta e por vezes tão árida quanto o cenário descrito, traduz uma angústia que é simultaneamente interna e ambiental. A ansiedade aqui manifesta-se de forma silenciosa e resignada, mas ainda assim profunda, como resultado da luta cotidiana pela sobrevivência e da ausência de horizontes concretos.

Ainda que esses exemplos ajudem a delinear a ansiedade como fenômeno social e cultural, é importante lembrar que, em muitos casos, trata-se também de uma emoção legítima e frequentemente passageira, geralmente desencadeada por situações de incerteza, risco ou expectativa diante do desconhecido.

Para André (2010), a ansiedade, em seus diferentes graus, pode ser compreendida como uma resposta emocional normal ao estresse, variando desde um leve desconforto até o medo mais intenso. No entanto, quando vivenciada de maneira persistente e excessiva, ultrapassando o limiar de adaptação ao ambiente, essa emoção adquire contornos patológicos. De acordo com o mesmo autor, a ansiedade possui uma função protetora ao preparar o indivíduo para enfrentar desafios, mas se torna um transtorno quando constante e irracional, prejudicando o funcionamento diário.

Freud (1926) reforça essa compreensão ao distinguir entre a angústia neurótica e a angústia realista. A primeira surge da repressão de desejos e conflitos inconscientes, enquanto a segunda é uma reação normal e saudável a perigos concretos. Essa distinção proposta por Freud é fundamental para entender que a ansiedade pode ser, dependendo de sua origem e intensidade, tanto um mecanismo legítimo quanto uma manifestação patológica.

Quando a ansiedade se instala de forma persistente e desproporcional ao contexto, ela pode ser diagnosticada como um transtorno psicológico. André (2010) descreve detalhadamente condições como o transtorno de ansiedade generalizada, os ataques de pânico e as fobias, demonstrando como, nesses casos, a ansiedade deixa de

ser adaptativa para se converter em uma experiência crônica e debilitante que demanda atenção clínica.

Lapoujade (2008), ao refletir sobre os afetos, amplia ainda mais esse debate ao propor que a ansiedade seja vista como uma intensidade que atravessa não apenas o corpo individual, mas também o corpo social. Para ele, os afetos não são meros sentimentos internos, mas forças distribuídas entre indivíduos e coletividades. Assim, a ansiedade não se configura apenas como uma patologia isolada, mas como uma experiência compartilhada que reflete o contexto social, cultural, político e econômico em que está inserida. Lapoujade enfatiza que essas intensidades são moldadas pelas condições históricas e estruturais, reiterando que sentimentos como a ansiedade são tão sociais quanto individuais.

Os impactos disso ficam evidentes quando observamos o modo como um transtorno de ansiedade pode se desenvolver em ambientes onde a ansiedade não é adequadamente gerida, caracterizando-se por um estado contínuo ou periódico de medo difuso que não se restringe a situações ou objetos definidos.

Esse quadro costuma manifestar-se por insônia, irritabilidade, agitação, palpitações, medos irracionais e até mesmo sintomas fisiológicos agudos, como náuseas, diarreias e sensação de sufocamento. Embora algumas dessas reações possam ocorrer em situações normais de estresse, tornam-se indicativas de um quadro neurótico quando surgem na ausência de causas orgânicas claras e em situações que a maioria das pessoas enfrenta com relativa facilidade.

Levantamentos epidemiológicos reforçam a prevalência significativa desses transtornos: estima-se que o transtorno de ansiedade generalizada atinja 3,1% da população em um ano e 5,7% ao longo da vida, sendo quase duas vezes mais frequente entre mulheres do que entre homens. Por definição, trata-se de um transtorno crônico, cuja duração mínima é de seis meses para diagnóstico, mas que, na prática, costuma perdurar por anos antes que o paciente busque tratamento.

Estudar a ansiedade sob o prisma da história das emoções e da medicina revelou, para mim, que os discursos que hoje legitimam seu diagnóstico e tratamento foram construídos dentro de estruturas de poder, medicalização e controle social. Essa perspectiva crítica me ensinou a questionar verdades que se apresentam como naturais

e a perceber que o que sentimos está profundamente entrelaçado com os valores, expectativas e normas de nosso tempo. Mais do que um simples dado da natureza humana, a ansiedade emerge, assim, como um marcador histórico da experiência moderna, capaz de revelar tensões, exclusões e resistências que atravessam não apenas indivíduos, mas também comunidades inteiras.

3 ANSIEDADE COMO FENÔMENO HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a ansiedade como uma construção social, discutindo como esse sentimento foi moldado pelas estruturas sociais, políticas e culturais ao longo da história, à luz de diferentes abordagens da História das Emoções. A análise se baseia em contribuições teóricas que iluminam o modo como a ansiedade, enquanto sentimento e prática social, foi historicamente transformada e reinterpretada.

Os escritos filosóficos estoicos latinos, como os tratados de Cícero e Sêneca, antecipam muitas das concepções modernas sobre as características clínicas e o tratamento cognitivo da ansiedade. Em suas *Disputas de Túscula* (DT), Cícero (106 a.C. - 43 a.C.) aborda os conceitos de aflição (*molestia*), preocupação (*sollicitudo*) e ansiedade (*angor*), chamando-os de transtornos (*aegritudo*), devido à analogia entre uma mente perturbada e um corpo doente. Nesse contexto, o filósofo distingue a ansiedade da tristeza e a define como uma doença médica (*aegritudo*) (PLAMPER, 2015).

A palavra latina *aegritudo* era o termo comum para doença nos textos médicos da época. Cícero esclarece que esse termo era utilizado para traduzir o grego *pathos* (πάθος). Na época de Cícero, autores romanos estavam criando novos termos para conceitos filosóficos e médicos, frequentemente usando as palavras gregas como base para esses neologismos. Cícero também oferece uma descrição clínica dos afetos anormais, classificando o *angor* (ansiedade) como um transtorno "constritor" (*premens*), enquanto a *molestia* (aflição) é descrita como permanente (*permanens*) e a *sollicitudo* (preocupação) como ruminativa (*cum cogitatione*) (DT, Livro IV, VIII).

O filósofo faz uma distinção importante entre *anxietas*, que se refere à ansiedade como um traço ou a tendência de ser propenso à ansiedade, e *angor*, que designa a ansiedade enquanto estado ou uma experiência atual (DT, Livro IV, XII) (CÍCERO, 2006). Essa diferenciação antecipa os conceitos de ansiedade-traço e ansiedade-estado, que seriam mais tarde popularizados por Cattell e Schleier, frequentemente creditados como os responsáveis por introduzir essas distinções no estudo da ansiedade.

A palavra ansiedade deriva do substantivo latino *angor* e do verbo correspondente *ango* (constringir). Uma palavra cognata é *angustus* (estreito). Essas palavras derivam de uma raiz indo-europeia que produziu *Angst* no alemão moderno (e

palavras relacionadas em holandês, dinamarquês, norueguês e sueco). Curiosamente, a mesma relação entre a ideia de estreiteza e ansiedade é atestada no hebraico bíblico. De fato, Jó expressa sua angústia (Jó 7:10) literalmente com a expressão hebraica "a *estreiteza* (tsar) do meu espírito". À medida que as sociedades evoluíram, a interpretação da ansiedade também evoluiu (BÍBLIA, 1993).

A religião desempenhou um papel significativo na formação de atitudes em relação à ansiedade. No cristianismo, por exemplo, a ansiedade era percebida tanto como um teste de fé quanto como um sinal de distanciamento da vontade de Deus. Teólogos e estudiosos religiosos ao longo da história se debruçaram sobre as implicações espirituais da ansiedade e como lidar com ela por meio da oração e da devoção (PLAMPER, 2015).

Na Idade Média, a ansiedade assumiu diferentes dimensões. Os tempos incertos e tumultuados levaram a um aumento dos transtornos de ansiedade. Alguns acreditavam que a ansiedade era resultado de possessão demoníaca ou punição por pecados, levando à prática de exorcismos e penitências.

Na Renascença, os avanços na medicina e na psicologia levaram a uma mudança na compreensão da ansiedade como fenômeno psicológico, embora crenças sobrenaturais ainda prevalecessem em certos círculos. O advento do Iluminismo no século XVIII trouxe consigo novas perspectivas sobre a ansiedade. Filósofos como Immanuel Kant e Søren Kierkegaard mergulharam nas raízes filosóficas da ansiedade, explorando sua relação com a liberdade e a individualidade. Com o advento do século XIX, o campo da psiquiatria começou a emergir, e figuras como Sigmund Freud e Carl Jung fizeram contribuições inovadoras ao estudo da ansiedade e sua conexão com o inconsciente (ROSENWEIN, 2006).

A história da ansiedade é uma trama que se entrelaça profundamente com a própria experiência humana. Desde suas origens filosóficas antigas até os avanços da ciência médica contemporânea, a ansiedade tem sido objeto de reflexão, fascínio e preocupação. Através de diversas perspectivas culturais e históricas, observamos a evolução da compreensão e do tratamento da ansiedade.

Embora haja uma lacuna na literatura entre os escritos médicos gregos e latinos e a psiquiatria moderna, é possível afirmar que a experiência humana da ansiedade

permaneceu constante ao longo do tempo (PLAMPER, 2015). São cerca de 2.482 anos de registros sobre as tentativas da humanidade de vencer a ansiedade, e, ainda assim, ela continua a nos afetar.

O conceito de comunidades emocionais, desenvolvido pela historiadora Rosenwein (2006) é essencial para entender a ansiedade como um fenômeno histórico. Rosenwein argumenta que as emoções, incluindo a ansiedade, não são universais ou imutáveis, mas variam conforme o tempo e os contextos culturais. Ela propõe que as emoções são moldadas por comunidades sociais que impõem normas e padrões sobre como os indivíduos devem sentir e expressar seus afetos.

No caso da ansiedade, as comunidades emocionais ao longo da história estabeleceram formas específicas de vivenciar e lidar com esse sentimento, seja como uma reação natural à insegurança ou como uma manifestação de um mal-estar social e individual mais profundo. Em diferentes épocas e culturas, a ansiedade foi tanto tolerada quanto reprimida, dependendo das expectativas sociais e das estruturas de poder em cada contexto histórico.

No mundo medieval, por exemplo, a ansiedade era frequentemente interpretada como uma manifestação de culpa religiosa ou como um sinal de uma vida moralmente falida. Já na modernidade, especialmente com o advento da medicina moderna e da psicologia, a ansiedade passou a ser vista como um transtorno psicológico, com bases patológicas a serem tratadas clinicamente. Assim, o conceito de comunidades emocionais permite compreender como a ansiedade não é apenas uma reação pessoal, mas um sentimento construído e regulado por normas sociais, religiosas e culturais que se alteram ao longo do tempo (ROSENWEIN, 2006).

A concepção de Reddy (2001) estão de acordo com a visão de Rosenwein ao introduzir o conceito de *emotivos*. Reddy define os emotivos como práticas sociais e culturais que envolvem os sentimentos e emoções, ou seja, maneiras de organizar e direcionar as emoções dentro de uma sociedade. Para Reddy, as emoções não são apenas reações internas, mas práticas sociais que estão ligadas ao modo como as pessoas interagem entre si e com as normas estabelecidas pela sociedade. A ansiedade, portanto, pode ser entendida como uma prática social, resultante de um conjunto de expectativas culturais que orientam como ela deve ser vivida, expressa e administrada.

No contexto moderno, a ansiedade tem sido construída como um reflexo das transformações sociais e da crescente pressão pela produtividade, pela constante busca por segurança e pelo medo do futuro. A sociedade contemporânea, marcada por incertezas econômicas, sociais e políticas, gera formas específicas de ansiedade que não existiam nas mesmas dimensões em períodos anteriores. A ansiedade não é apenas uma resposta interna, mas um reflexo das expectativas e pressões da sociedade moderna, que em muitos casos, transforma o sentimento em uma prática social regularizada e amplificada.

Plamper (2015) oferece um panorama teórico e metodológico importante para situar a ansiedade dentro da História das Emoções. Plamper destaca que a História das Emoções é uma disciplina que busca entender como os sentimentos foram experimentados e vividos ao longo da história, e como esses sentimentos estão intimamente ligados às mudanças sociais, culturais e políticas.

A ansiedade, como muitos outros afetos, não deve ser vista de forma isolada, mas como parte de um quadro mais amplo de transformações históricas que moldam as emoções humanas. Para o autor a ansiedade não é apenas uma experiência individual, mas um reflexo das transformações sociais e das mudanças nos modos de vida ao longo da história

Stearns (2014) analisa como a ansiedade se relaciona com as transformações sociais ocorridas na modernidade. Stearns argumenta que a ansiedade moderna está profundamente ligada à transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, onde o aumento das incertezas, das mudanças rápidas e da globalização gerou novas formas de ansiedade. Ele sugere que, à medida que os indivíduos perderam as estruturas sociais rígidas e as certezas fornecidas pela tradição, surgiram novas formas de ansiedade, frequentemente associadas ao medo do desconhecido e à busca incessante por controle sobre o futuro.

Na modernidade, a ansiedade se tornou um reflexo de um mundo em constante mudança, em que as normas sociais e culturais se tornaram mais fluidas e menos previsíveis. A pressão por adaptação a novas formas de vida, o aumento da competitividade e o medo de falhar em um mundo globalizado resultaram em uma ansiedade coletiva que marca a sociedade contemporânea. A análise de Stearns permite

perceber que a ansiedade, ao longo da história, não é apenas um sentimento interno, mas uma resposta às transformações sociais que definem cada época.

Ao tratar a ansiedade como um fenômeno histórico, é possível perceber que ela não é uma emoção universal e imutável, mas uma construção que varia de acordo com os contextos sociais, culturais e políticos. A ansiedade, ao longo da história, foi moldada pelas comunidades emocionais (ROSENWEIN, 2006), pelas práticas sociais de controle dos sentimentos (REDDY, 2001) e pelas transformações sociais e econômicas que alteraram as formas de viver e sentir da população.

Dessa maneira, a ansiedade deve ser entendida não apenas como um sintoma psicológico ou um transtorno clínico, mas como um fenômeno histórico, que evolui e se reinventa de acordo com as necessidades, valores e estruturas de cada período histórico.

Barbalet (2002) argumenta que emoções como a ansiedade não podem ser entendidas apenas como estados internos e individuais, mas como respostas profundamente enraizadas nas relações sociais e nas estruturas que produzem incertezas e vulnerabilidades. A ansiedade está ligada à antecipação de eventos futuros percebidos como incertos ou ameaçadores, sendo, portanto, uma emoção socialmente produzida.

Em contextos marcados por instabilidade econômica, fragmentação dos laços sociais, pressões por desempenho e insegurança quanto ao futuro como é o caso das sociedades contemporâneas, a ansiedade se intensifica como uma experiência coletiva, embora vivida de forma individualizada. Essa concepção desloca a ansiedade do campo exclusivamente clínico ou psicológico e a insere no âmbito das experiências estruturadas por fatores como desigualdade, competição e desamparo institucional.

Sob essa ótica, compreender historicamente a saúde mental e, em particular, a ansiedade exige reconhecer os modos como as condições sociais de existência moldam e intensificam o sofrimento psíquico. A patologização de respostas emocionais a contextos adversos, como ocorre muitas vezes na lógica biomédica dominante, tende a ocultar as raízes estruturais da dor emocional.

A ansiedade, muitas vezes compreendida como uma emoção puramente individual ou um transtorno clínico isolado, é na verdade um fenômeno historicamente construído,

profundamente moldado por contextos culturais, religiosos, filosóficos e científicos ao longo do tempo.

Estudar sua trajetória desde a Antiguidade até a contemporaneidade me revelou que os significados da ansiedade variam conforme as normas sociais, os discursos institucionais e as práticas de cada época. Aprendi que a ansiedade não é apenas uma resposta interna ao medo ou à incerteza, mas uma prática social que reflete as exigências, pressões e desigualdades de cada contexto histórico. Reconhecer isso é essencial para que possamos criticar os modelos biomédicos reducionistas e construir abordagens mais humanas, inclusivas e historicamente informadas sobre o sofrimento psíquico na sociedade atual.

4 A ANSIEDADE SOB A LÓGICA NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA: UMA LEITURA CRÍTICA DA CONTEMPORANEIDADE

A ansiedade, enquanto fenômeno psicológico e social, apresenta-se de maneira multifacetada no contexto contemporâneo, refletindo as dinâmicas estruturais de uma sociedade profundamente marcada pela lógica neoliberal, pela pressão incessante por desempenho e pela precarização generalizada das condições de vida e de trabalho. Embora costumeiramente classificada como uma emoção desagradável, a ansiedade não é experienciada de forma uniforme por todos.

Diversos modelos teóricos destacam que os sujeitos variam em suas preferências emocionais e, por vezes, mantêm relações ambíguas com estados afetivos negativos, buscando experiências que sejam congruentes com seus valores, seus contextos socioculturais e suas histórias individuais. Nesse sentido, a ansiedade não pode ser reduzida meramente a um sintoma clínico: ela é, acima de tudo, uma forma de estar no mundo que dialoga intimamente com a cultura e com o momento histórico em que se inscreve.

Todavia, é preciso reconhecer que, em graus mais severos, a ansiedade assume contornos que extrapolam o campo das variações subjetivas e se configuram como transtornos clínicos capazes de comprometer de maneira substancial a qualidade de vida. Ainda assim, conforme alerta Han (2018), restringir o aumento contemporâneo dos quadros ansiosos a uma simples dimensão biomédica seria insuficiente.

Para o autor, esse fenômeno deve ser compreendido como reflexo direto de um modelo social que impõe uma exigência permanente de produtividade, fomenta a auto exploração e alimenta uma positividade tóxica. Inserido nesse regime de performance, o sujeito internaliza a lógica do sucesso como um imperativo absoluto, tornando-se, paradoxalmente, responsável por sua própria frustração e pelo esgotamento que dele decorre.

Esse peso estrutural se revela de modo particularmente intenso no ambiente universitário, onde a pressão por resultados transforma a educação em um espaço de alta competitividade, no qual a excelência acadêmica não é apenas incentivada, mas

imposta como norma. Nesse cenário, a ansiedade emerge quase inevitavelmente como resposta à instabilidade e à expectativa constante de sucesso.

Salecl (2012) amplia essa análise ao destacar o paradoxo contemporâneo da liberdade: quanto maior a obrigação de “ser livre” e de construir a própria trajetória como projeto individual, maior também o medo do fracasso e da inadequação. Dessa forma, a multiplicidade de escolhas, longe de representar uma via de emancipação, converte-se em um pesado fardo psicológico.

Para compreender a complexidade desse quadro, é imprescindível situar a ansiedade em uma perspectiva histórica. Embora hoje seja largamente reconhecida como patologia, a ansiedade só passou a ocupar esse lugar nas últimas décadas. A História das Emoções revela que sentimentos como a ansiedade foram socialmente construídos e interpretados de modos diversos ao longo do tempo.

Antes da modernidade, estados emocionais que atualmente seriam rotulados como “transtornos ansiosos” eram muitas vezes compreendidos como resultado de desequilíbrios dos humores corporais, possessões espirituais ou sinais de fragilidade moral. Somente com o avanço da psiquiatria no século XIX e, mais recentemente, com classificações como o DSM-III (em 1980), é que a ansiedade foi sistematizada enquanto categoria diagnóstica clínica, incorporando entidades como o transtorno do pânico.

Esse processo de medicalização crescente das emoções caminhou lado a lado com transformações culturais e econômicas profundas, como bem observa Bauman (2000, 2007), ao vincular a ansiedade à liquidez das relações, à fragilidade das instituições e à instabilidade econômica que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Tais processos históricos, contudo, não se estagnaram — foram radicalmente intensificados em tempos recentes, especialmente com a pandemia de COVID-19, que representou uma experiência global inédita de incerteza, isolamento e medo coletivo. O contexto pandêmico não apenas evidenciou, mas também aprofundou vulnerabilidades emocionais já existentes, expondo um colapso simultâneo das esferas pública e privada.

O confinamento, a perda de vínculos presenciais, o luto coletivo e a precarização acelerada do trabalho e da educação transformaram a ansiedade em uma experiência quase universal. Entre estudantes universitários, o ensino remoto e o distanciamento

social não criaram apenas barreiras acadêmicas, mas também comprometeram profundamente os laços afetivos e psicológicos, intensificando sentimentos de solidão, desamparo e exaustão.

É nesse ambiente que a análise de Fisher (2009) adquire ainda mais relevância. Ao discutir o “realismo capitalista” — a ideia de que não há alternativas viáveis ao modelo neoliberal —, o autor mostra como essa crença não gera apenas frustração política, mas também promove um esvaziamento das possibilidades futuras. Essa sensação de paralisia histórica, quando combinada à intensificação das exigências individuais por desempenho e autoaperfeiçoamento, alimenta um ciclo contínuo de ansiedade e depressão.

No contexto universitário, por exemplo, a antiga promessa de uma formação capaz de garantir ascensão social e estabilidade profissional foi substituída por um cenário de incertezas, competição exacerbada e auto exploração, o que acaba agravando o sofrimento psíquico e consolidando a ansiedade como uma verdadeira marca geracional.

Para além desses fatores estruturais, é importante considerar como aspectos demográficos e culturais atravessam a experiência da ansiedade, conferindo-lhe contornos específicos. Diversos estudos indicam que as mulheres são mais frequentemente diagnosticadas com transtornos ansiosos — um dado que não pode ser explicado apenas por fatores hormonais ou fisiológicos, mas que se relaciona diretamente com as desigualdades de gênero, a sobrecarga emocional e a multiplicidade de papéis sociais historicamente impostos.

Paralelamente, observa-se que a ansiedade tem se manifestado de maneira precoce em crianças e adolescentes, sinalizando um adoecimento emocional generalizado, alimentado por um modelo social hiper exigente, imediatista e notoriamente incapaz de acolher as vulnerabilidades humanas.

Portanto, compreender a ansiedade no contexto contemporâneo exige adotar uma abordagem multidimensional, que articule aspectos históricos, sociais, culturais e subjetivos. A universidade, enquanto espaço privilegiado de formação e construção de projetos de vida, acaba refletindo e amplificando essas dinâmicas, tornando-se um

terreno fértil para analisar como a ansiedade é construída, experienciada e, em muitos casos, patologizada.

Ao revisitar essas abordagens críticas e históricas, percebo com mais clareza que a ansiedade é profundamente atravessada por desigualdades de gênero, transformações culturais, lógicas econômicas e pela intensificação da responsabilização individual pelo sofrimento. A própria universidade, enquanto espaço de produção e difusão do conhecimento, não está isenta desses processos; ao contrário, frequentemente os reproduz e intensifica, convertendo-se também em palco de um adoecimento silencioso.

Essa reflexão me permitiu compreender a ansiedade como uma expressão legítima da sobrecarga emocional que caracteriza nosso tempo e, sobretudo, como um fenômeno que demanda respostas coletivas, políticas e humanas — que ultrapassem a medicalização simplista e reconheçam de forma crítica os contextos históricos e sociais que a engendram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ansiedade, enquanto fenômeno psicológico e social, manifesta-se de forma multifacetada no contexto contemporâneo, refletindo dinâmicas estruturais de uma sociedade regida pela lógica neoliberal, pela constante pressão por desempenho e pela precarização das condições de vida e de trabalho.

Ao longo deste trabalho, diferentes abordagens teóricas foram mobilizadas com o objetivo de compreender a ansiedade não apenas como um transtorno clínico, mas como uma construção histórica, social e cultural. Foi possível evidenciar que a ansiedade constitui um dos traços mais marcantes da subjetividade contemporânea, especialmente em contextos como o universitário, onde as exigências por êxito e a incerteza quanto ao futuro profissional tendem a intensificar esse estado emocional.

Contudo, esta pesquisa representa apenas o início de um percurso investigativo mais amplo. O estudo aqui apresentado deve ser compreendido como um ponto de partida, cuja continuidade está prevista no âmbito do mestrado, onde pretendo aprofundar a análise por meio da coleta e interpretação de dados empíricos. Essa próxima etapa permitirá a ampliação do escopo metodológico e teórico, contribuindo para uma compreensão mais densa das formas como a ansiedade é construída, percebida e experienciada na contemporaneidade.

O aprofundamento da investigação buscará também compreender as relações entre ansiedade, trajetória acadêmica e inserção no mercado de trabalho, com vistas a contribuir para o campo da História das Emoções. Dessa forma, almeja-se não apenas enriquecer o debate acadêmico, mas também fomentar reflexões críticas e propostas de intervenção sobre os fenômenos psíquicos e sociais que atravessam a vida cotidiana nas sociedades atuais.

Com este trabalho, busco contribuir com a pesquisa histórica ao afirmar que a ansiedade não deve ser naturalizada como fenômeno psicológico isolado ou puramente biomédico. Ao contrário, o que aqui se propõe é enxergá-la como um marcador histórico da subjetividade moderna, produto das relações sociais e dos regimes emocionais de cada época. Esta análise convida a História das Emoções a considerar a ansiedade como uma chave de leitura para compreender os modos de viver, sentir e resistir no presente.

A contribuição reside, portanto, em tensionar a rigidez das classificações clínicas e abrir espaço para narrativas que reconheçam a complexidade histórica e social das emoções.

Ainda assim, alguns aspectos permaneceram em aberto nesta pesquisa histórica. Primeiramente, não foi possível realizar uma investigação empírica com estudantes universitários, o que teria aprofundado o entendimento sobre a experiência contemporânea da ansiedade a partir de relatos diretos. Em segundo lugar, não houve espaço para explorar com maior densidade a diversidade de experiências ansiosas a partir de marcadores sociais como raça, classe e gênero questões fundamentais para uma abordagem interseccional do sofrimento psíquico. Por fim, a relação entre ansiedade, religiosidade e espiritualidade também surgiu como um campo promissor, mas que exigirá maior aprofundamento em estudos futuros.

É importante também registrar as limitações enfrentadas ao longo da construção deste trabalho. Desde o início da graduação, enfrento uma trajetória atravessada por sobrecarga emocional e acadêmica, uma vez que ingressei na universidade no período pandêmico, o que impôs uma série de desafios.

Ao chegar à etapa de elaboração deste artigo, deparei-me com novos obstáculos, como a limitação de tempo, pois precisei conciliar a escrita com minha participação na Iniciação Científica (IC), que além de ser financiada por bolsa e, portanto, fundamental para a minha permanência acadêmica, foi a principal responsável por viabilizar esta pesquisa. Somado a isso, foi necessário lidar com meu próprio psicológico, visto que a ansiedade também se fez presente ao longo de todo o processo.

Diante de todas essas circunstâncias, fui obrigada a fazer escolhas e optei por defender o texto possível, aquele que foi construído com responsabilidade e compromisso dentro das condições concretas que tive. Ainda assim, esta pesquisa é fruto de esforço, resiliência e dedicação à pesquisa histórica e à minha formação enquanto historiadora.

Do ponto de vista pessoal, as reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa tiveram um impacto significativo na minha trajetória acadêmica e existencial. Compreender a ansiedade não como uma falha individual, mas como uma emoção historicamente construída e socialmente condicionada, permitiu-me ressignificar vivências e reconhecer os contextos que intensificam esse sofrimento.

Essa tomada de consciência fortaleceu meu compromisso com a pesquisa como instrumento de transformação pessoal e coletiva, além de reforçar meu desejo de construir espaços mais acolhedores e críticos dentro da universidade. Ao seguir investigando esse tema, desejo contribuir não apenas com o campo acadêmico, mas com todas e todos que, como eu, têm buscado sentido e resistência em meio à ansiedade que marca nossa época.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Christophe. **Medos, angústias e fobias**. São Paulo: Editora Objetiva, 2010.
- BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho; Juliano Dornelles. Brasil: Vitrine Filmes, 2019.
- BARBALET, J. M. **Emoção, teoria social e estrutura social**. Tradução de João Paulo Nunes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CÍCERO, Marco Túlio. **Disputas tuscianas**. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Edipro, 2006.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL. Direção: Glauber Rocha. Brasil: Mapa Filmes, 1964. (Filme, 110 min.)
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. Tradução de Monica Stahel. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: Não há alternativa**. São Paulo: Ubu, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 551p
- FREUD, Sigmund. **Inibições, Sintomas e Angústia**. Rio de Janeiro: Imago, 1926.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder**. São Paulo: Vozes, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LAPOUJADE, David. **Os afetos como intensidades: A experiência da ansiedade**. São Paulo: Editora UFMG, 2008.

LUCCHESI, Roselma et al. Saúde mental no Programa Saúde da Família: caminhos e impasses de uma trajetória necessária. **Cadernos de saúde pública**, v. 25, p. 2033-2042, 2009.

O CÉU DE SUELY. Direção: Karim Aïnouz. Produção: Emilie Lesclaux, Georg Gruber, Karin Schockweiler, entre outros. Brasil: VideoFilmes, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde universal e a pandemia – sistemas de saúde resilientes: relatório anual 2020: Brasil**. Brasília, DF: OPAS, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54862>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PLAMPER, Jan. **The History of Emotions: An Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 2006.

REDDY, William. **The Navigation of Feeling: A Framework for the History of Emotions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROSENWEIN, Barbara. **Emotional Communities in the Early Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SALECL, Renata. **Angústia**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2012.

STEARNS, Peter N. **História das Emoções: Uma Nova Abordagem**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ANEXO 1 – DECLARACAO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, **Nayra Poliana Moraes Guimarães** estudante do curso de Licenciatura/Bacharelado em **História** da UNEB, Campus VI, Caetitê, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENOS** é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetitê, 03/09/2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARÃES**
 Data: 03/09/2025 09:53:55-0000
 Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

062010160

Nome do(a) Discente – N° de Matrícula

ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, **Nayra Poliana Moraes Guimarães** estudante do curso de Licenciatura em **História** da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENTOS** é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

() NÃO houve o uso de inteligência artificial

(X) SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

() revisão linguística do texto

() elaboração de imagens e gráficos

(X) tradução

() Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

Chat GPT

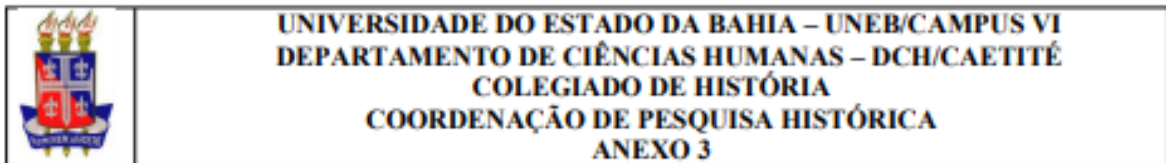
Documento assinado digitalmente
gov.br
NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARAES
Data: 03/09/2025 09:13:29-0300
Verifique em <http://validar.br.gov.br>

Caetité, 03/09/2025.

/062010160

Nome do(a) Discente – N° de Matrícula

ANEXO 3 – ATA DE REUNIÃO DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TCC



ATA DE REUNIÃO DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e cinco dias de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e dez minutos, na sala virtual da Plataforma Teams, compareceu para Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso em História, a aluna **NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARÃES**, tendo como título da monografia “A ANSIEDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA DOS SENTIMENTOS”, texto com trinta e cinco folhas. Constituíram a banca examinadora as seguintes docentes: a Professora Doutora Luciana Oliveira Correia (Orientadora), da UNEB/Campus VI; a Professora Thalita Fernandes Santos Mestre pela Universidade Federal da Bahia (Examinadora), e a Professora Doutora Antonieta Miguel, da UNEB/Campus VI (Examinadora). A orientadora abriu a sessão agradecendo a participação das membras e membro da Comissão Examinadora e a presença do público presente. Convidou a aluna para que fizesse a exposição do trabalho, em um tempo máximo de trinta minutos. Finalizada a apresentação, cada membra e membro da Comissão Examinadora realizou, em até vinte minutos, a arguição da aluna. Dando sequência aos trabalhos, a orientadora solicitou que a aluna e o público se retirassem da sala para que a Comissão Examinadora pudesse deliberar sobre a nota da monografia. Terminada a deliberação, a orientadora solicitou a presença da aluna, e do público presente, e leu a ata, declarando **aprovada** a monografia do estudante **NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARÃES**, com a nota **dez**. Na ocasião, a aluna foi informada que, a partir dessa data, deverá enviar uma cópia em PDF ao Colegiado de Curso (a ser enviada para o e-mail institucional historiadch6@uneb.br) com as correções sugeridas pela Banca, bem como subir o texto final do trabalho no portal “Saber Aberto”. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora, em vinte e três de julho de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIANA OLIVEIRA CORREIA
Data: 26/07/2025 11:42:13-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Oliveira Correia
UNEB/Campus VI – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIETA MIGUEL
Data: 07/08/2025 08:56:41-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Antonieta Miguel
UNEB/Campus VI - Membro examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br THALITA FERNANDES SANTOS
Data: 07/08/2025 09:21:59-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Ma. Thalita Fernandes
CAPE/CAetité – Co-orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br NAYRA POLIANA MORAIS GUIMARAES
Data: 31/07/2025 18:38:0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nayra Poliana Moraes Guimarães
Estudante